

Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850.

Juliano Custódio Sobrinho*

Resumo: A proposta desse artigo é apresentar alguns apontamentos sobre as estruturas produtivas da freguesia de Itajubá, em fins do século XVIII, até a primeira metade do século XIX, a partir de pesquisas que originaram a minha dissertação de mestrado. Encravada em uma área estratégica para o escoamento das produções e das rotas mercantis para o mercado da Corte, a freguesia teve grande participação produtiva e mercantil junto ao termo de Campanha da Princesa. Procurou-se identificar e caracterizar o perfil socioeconômico da freguesia bem como de seus agentes. Os inventários post-mortem serviram como base documental para essa pesquisa.

Palavras-chave: sul de Minas; estrutura produtiva; mercado interno; sistema escravista.

Área temática: História Econômica e demografia histórica.

Introdução

Localizada na serra da Mantiqueira, na fronteira entre as capitânicas de Minas Gerais e de São Paulo, a freguesia de Itajubá foi formada ainda no início do século XVIII por desbravadores das freguesias vizinhas, do vale do Paraíba paulista, motivados pelas catas de ouro da região mineradora. As possíveis riquezas provenientes das minas do Itajubá não produziram o efeito desejado e, em poucos anos, o novo povoado se manteve com uma produção agropastoril de subsistência. No início do século XIX, o antigo povoado de Itajubá foi substituído pela ocupação de uma outra área próxima, no vale do rio Sapucaí, onde a sede da freguesia foi transferida, causando grandes conflitos entre aqueles que se mudaram para a nova freguesia e os que permaneceram na região serrana.

A freguesia de Itajubá pertencia a uma região que hoje é definida imprecisamente como o “sul de Minas”. A noção de região adotada nesse trabalho pretende se aproximar das reflexões propostas por Ciro Cardoso, em que uma região pode ser definida “operacionalmente de acordo com certas variáveis e hipóteses, sem pretender que a opção adotada seja a única maneira correta de recortar o espaço e de definir blocos regionais”.¹

A noção de “região” transcende as delimitações geográficas e as subdivisões jurídico-administrativas das comarcas e parte para uma realidade mais complexa, que engloba outros fatores, como o fator mercantil que rompia com as barreiras do que se considerava como sul mineiro. Assim, as freguesias do “sul de Minas” estavam interligadas com um complexo econômico mais dinâmico e sem fronteiras, que estava além da Capitania de Minas Gerais, estabelecendo uma ligação com outras capitânicas, como a do Rio de Janeiro, São Paulo e o sul da colônia, principalmente nos oitocentos. Dessa forma, pensamos que o termo “região” precisa ser bem analisado, quando empregado para áreas consideradas como o “sul mineiro” daquele período.

Com o sucesso da descoberta de ouro na região central da futura Capitania de Minas Gerais, no final do século XVII, um grande contingente de pessoas se aventurou a desbravar a região, até então pouco povoada e explorada em quase toda sua territorialidade. Em pouco tempo, vários povoados foram surgindo entre as minas e as encostas dos rios e toda essa movimentação e transformação naquela área chamou a atenção do Império Português. Era visível a satisfação da Coroa Portuguesa pelas descobertas do eldorado na colônia, contudo também era preocupante a maneira como se daria o controle administrativo e fiscal da região por parte do império.²

* Doutorando no Programa de História Social da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com a dissertação “Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850”, defendida em 2009.

¹ CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p.73.

² Ver BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de uma sociedade colonial*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Nesse primeiro momento de ocupação, a região aurífera estava sob a administração da Capitania do Rio de Janeiro. Em 1709 foi criada a Capitania de São Paulo e das Minas, sendo que essa última veio a ter sua própria capitania tempos mais tarde. Segundo o Alvará de 6 de abril de 1714, a comarca do Rio das Mortes estava criada, com sede em São João del Rei, regulamentando mais outras duas comarcas na capitania: Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real do Sabará (Rio das Velhas). Afirma Afonso de Alencastro que era de se supor que antes mesmo do alvará, essas comarcas já deveriam existir. Mais tarde, as comarcas do Serro Frio (Vila do Príncipe), em 1720 e a do Paracatu, em 1815.³

Em 1800, o termo de Campanha foi demarcado, para definir os limites das vilas de Campanha da Princesa e São João del Rei. A princípio, o termo englobaria 10 freguesias (Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí) e três julgados (Santana do Sapucaí, Itajubá e Jacuí). Mesmo com a concessão de vila, as disputas territoriais continuaram entre São João del Rei e Campanha pela posse das freguesias, principalmente para a vila de São João del Rei, que perderia parte de sua receita com o comércio da região. Depois de muita discussão, a vila de Campanha resolveu atender a uma das reivindicações da vila de São João del Rei, que era a não inclusão da freguesia de Lavras do Funil.⁴

A vinda da família real portuguesa para a colônia não repercutiu somente no Rio de Janeiro. Exemplo disso é que, em pouco tempo, o termo de Campanha da Princesa se mobilizaria para contribuir no abastecimento da Corte. A câmara da vila de Campanha se prontificou ao enviar cabeças de gado, capados e outros gêneros alimentícios.⁵

Seguindo as inúmeras alterações e desmembramentos do território mineiro durante o século XIX, em 1815, a vila de Campanha da Princesa solicitou a criação de uma comarca na região, alegando motivos parecidos que há anos atrás a tinha feito se tornar vila. A distância da sede da comarca do Rio das Mortes seria o principal motivo que prejudicava o desenvolvimento administrativo e econômico da vila de Campanha da Princesa. Depois de algumas exclusões de freguesias e criação de novas vilas na região, que não aceitavam a jurisdição a Campanha da Princesa, a comarca do Rio das Mortes sofreu uma nova reestruturação geográfica administrativa, a partir da criação de uma nova comarca, com sede na vila de Campanha da Princesa, da qual a freguesia de Itajubá fez parte.⁶

Nesse momento, podemos assim apresentar uma contextualização sobre a freguesia de Itajubá baseada em trabalhos acadêmicos, em relatos de memorialistas e em diversas fontes analisadas no decorrer da pesquisa. Por uma série de fatores relevantes a serem discutidos em relação às pesquisas realizadas acerca do sul de Minas, a maioria das cidades dessa região encontra-se desprovida de arquivos ou de qualquer outro tipo de ambiente em que se possa desenvolver algum tipo de pesquisa com as fontes.

Os inventários post-mortem referentes à freguesia em estudo estão sob a guarda do Fórum Wenceslau Braz, da atual cidade de Itajubá e, a priori, tiveram que ser organizados e catalogadas por nós, para que pudessem estar em condições de pesquisa. Da mesma forma, outras localidades encontram-se em condições piores, o que impossibilita que muitas dessas documentações sejam pesquisadas e contribuam para preencher as inúmeras lacunas que ainda se tem em relação à história do sul mineiro.

A freguesia de Itajubá teve seu primeiro núcleo de ocupação no alto da serra da Mantiqueira, como povoado limite entre a Capitania de Minas Gerais e a Capitania de São Paulo, ainda por volta do início do século XVIII, sendo considerado um dos povoamentos mais antigos do

³ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro de. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São João del Rei (1831-1888). São Paulo:Annablume, 2002. p.31.

⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.p.29.

⁵ Ibidem. p.32.

⁶ Idem.

sul de Minas.⁷ Em 1714, a Câmara de Guaratinguetá teria enviado homens a fim de afixar o marco divisório da Capitania de Minas Gerais e São Paulo no arraial de Itajubá.⁸

A ocupação dessa localidade teve relação com a procura das catas de ouro na região. No entanto, o caráter efêmero da mineração nesta região despertaria no sul mineiro a vocação para a agropecuária e o que percebemos e tentaremos demonstrar ao longo desse artigo é a inserção da freguesia de Itajubá nesse tipo de atividade produtiva, característica do sul mineiro.

Geraldino Campista afirmou que foi Miguel Garcia, sobrinho do Capitão Manuel Garcia que, depois de voltar da região do Ribeirão do Carmo para a vila de Taubaté, teria subido a serra da Mantiqueira e aportado a uma paragem que primeiro denominou de “Caxambu”, mas que logo chamaria de Itajubá. A data parece imprecisa, mas o autor acredita que por volta de 1703 a 1705 tenha-se dado a formação das “minas do Itagybá”.⁹

A descoberta de ouro no arraial parece não ter se estendido por muitos anos, o que não correspondeu aos interesses dos que se dedicavam a mineração:

Os aventureiros que, depois de Miguel Garcia Velho, lá estiveram logo abandonaram aquelas minas. Os poucos habitantes do povoado, desde então, nem mais pensavam em ouro, já não dava pão e comida a ninguém, de tão raro que ficou. Os antigos faisqueiros se tornavam agricultores, e a gente nova que surgia, muito pouco, não chegava com menos interesse pela garimpagem. Só se cuidava, a partir de então, do plantio de cereais, do fabrico da rapadura, queijos, manteigas e da criação de aves, cabras, suínos, alguns porcos, ovelhas e gado alto.¹⁰

Entretanto, as jazidas de Itajubá eram citadas por alguns autores, como Mafalda Zemella, na tentativa de demonstrar que a mineração era também a intenção dos descobridores para aquele território mineiro. Isso demonstra que além da região central das minas do ouro, outras jazidas esparsas, com certa distância do núcleo minerador, produziram ouro por algum tempo, sem, contudo, ter o mesmo sucesso das outras. As demais minas citadas pela autora eram as minas do Rio Verde, as Minas Novas e as de Paracatu.¹¹

Seriam os povoados do vale do Paraíba Paulista que, desde o princípio da ocupação nas minas do Itajubá, mantiveram contato com o arraial. Contudo o acesso entre a paragem do Itajubá com as povoações do vale era muito difícil. Até 1741, os dois únicos caminhos que levavam até as minas de Itajubá eram pela garganta do Embaú e a serra dos Marins, por onde havia entrado o Sargento-mor Miguel Garcia, e o caminho dos Campos de Capivari, aberto por Gaspar Vaz. A abertura pela serra da Mantiqueira foi uma nova alternativa, que encurtava a distância entre a vila de Taubaté, a freguesia de Guaratinguetá e a freguesia de N. Sra. da Piedade (atual Lorena-SP). O arraial estabelecia desde cedo relações mercantis com essa região paulista, enviando produtos agrícolas e recebendo cargueiros de sal, querosene e tecidos.¹²

Dessa forma, os primeiros moradores do arraial de Itajubá seriam de origem dessa região da Capitania de São Paulo e em breve seria construída a capela de N. Sra. da Soledade, pertencente ao Bispado de São Paulo.¹³ As dificuldades para as minas de Itajubá não se resumiam à distância e a falta de comunicação com a comarca do Rio das Mortes, mas também a exploração dos impostos, por parte da Coroa Portuguesa aos habitantes do arraial, por conta da fiscalização da extração do ouro. Segundo Geraldino Campista, o ouro extraído do arraial de Itajubá era de má qualidade, tendo

⁷ Memórias Municipais. RAPM, ano IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1899.

⁸ VASCONCELLOS, Diogo de. *Limites entre São Paulo e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1910. p.23.

⁹ CAMPISTA, Geraldino. *Itajubá – 1703-1832*. Memória histórica. Rio de Janeiro, s/d. p.446.

¹⁰ GUIMARAES, Armelino. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. p.57.

¹¹ ZEMELLA, Mafalda. ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990. p.40 e p.53.

¹² PIMENTA, José. *História de Itajubá. 1819-1969*. Belo Horizonte: APM, s/d.

¹³ Idem.

sempre na permuta valor inferior, o que despertava a insatisfação do arraial que não conseguia pagar os impostos.¹⁴

Ainda no século XVIII, o arraial de Itajubá seria considerado oficialmente um julgado, “isto é, uma povoação sem pelourinho, nem privilégio de vila, mantendo justiça própria: um juiz ordinário, um tabelião, um alcaide e um meirinho”.¹⁵ Essa informação pode ser confirmada através de uma carta de José Antônio Freire de Andrada, governador das Minas Gerais, expondo os motivos para se nomear juiz ordinário e escrivão para as minas de Itajubá.¹⁶

A formação de julgados e freguesias na região sul mineira demonstrava a necessidade das alterações jurídico-administrativas no termo de Campanha da Princesa, principalmente por conta da distância entre a região e a vila de São João del Rei, sede da comarca do Rio das Mortes. Também as criações de julgados e freguesias poderiam representar a expansão e o desenvolvimento econômico do termo, a partir do dezoito, através da produção diversificada voltada ao abastecimento. Como um julgado, o arraial de Itajubá atendia as funções jurídico-administrativas de outras localidades do termo de Campanha da Princesa, o que corrobora para demonstrar a importância da freguesia frente ao termo, já que era referência a outros povoados que estavam na região de fronteira entre as Capitânicas de Minas e de São Paulo e que não podiam ser atendidos pela justiça da sede do termo, devido à distância geográfica.

Em 1762, a capela curada foi elevada à condição de freguesia. O território da freguesia de Itajubá abrangia os atuais municípios de Itajubá, Cristina, São Sebastião da Pedra Branca, Santa Rita do Sapucaí e São Caetano da Vargem Grande ou vila Braz. A rápida escassez da extração aurífera, a geografia desprivilegiada no alto da serra da Mantiqueira e a dificuldade de acesso a outras localidades fizeram com que o padre responsável pela freguesia decidisse migrar com parte da população para o vale do Rio Sapucaí, perto daquela localidade. O Pe. Lourenço da Costa Moreira convenceu seus fieis das potencialidades da região ao vale do Rio Sapucaí, devido à pobreza em que se encontravam no alto da serra. Em 1819, começaram a migrar para a região do vale, formando o arraial de Boa Vista do Sapucaí.¹⁷

Segundo Armelino Guimarães, já existiam fazendas na região de Boa Vista do Sapucaí, doadas aos sesmeiros, mas nada parecido com a formação de um arraial. O Pe. Lourenço recebeu terras para a construção da igreja e para a infra-estrutura do novo povoado. Com a mudança de Pe. Lourenço e parte da população da freguesia de Itajubá, muitos outros moradores não aceitaram a transferência e durante anos marcaram vários conflitos com o novo arraial, principalmente pela perda do vigário, Pe. Lourenço, já que a freguesia se encontrava “desprovida espiritualmente de um líder”.¹⁸

As justificativas para o abandono da freguesia ficaram explícitas em vários documentos e a transferência da matriz seria autorizada pelo presidente da província de Minas Gerais, permitindo que só os paramentos necessários ficassem na freguesia.¹⁹

Os desentendimentos entre os dois povoados não cessaram e se arrastaram ao longo do dezenove. Entre 1828 e 1829, o vigário Pe. Lourenço reuniu o povo em procissão para o transporte

¹⁴ CAMPISTA, Geraldino. op.cit. p.456.

¹⁵ GUIMARAES, Armelino. op.cit. p.41.

¹⁶ “(...) he certo que nas ditas Minas do Itajubá se necessita muito da providencia que o seo dito ouvidor em por nela hum juiz ordinário e seu escrivam para conter aquelles povos na obediência das justiças de V. Mag.(...) em razão de não poder administrar pela grande distancia em que se achão aquellas minas(...) atendendo a representação que os habitantes daquelles pois havião feito da grande falta que tinhão de quem lhe administrar as justiças para muita distancia em que se acharão aquellas minas das villas desta comarca(...) atendendo ao grande prejuizo de não haver cadeya,(...)”. Carta de José Antônio Freire de Andrada, governador das Minas Gerais, expondo os motivos para se nomear juiz ordinário e escrivão para as minas de Itajubá, 1757. AHU – Com. Ultra.-Brasil/MG –AHU - 5826 Cx:71,Doc.:74.CD:21.

¹⁷ GUIMARAES, Armelino. op.cit. p.46.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ofício do presidente da província de Minas Gerais, sobre a Igreja Matriz da Freguesia de Itajubá, 1832.Registro das Provisões e alvarás régios referentes à criação do Bispado de SP e ordens dos Ex.^{mo} Bispos Diocesanos.1746-1842.nº39, índice nº05, 163.Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. São Paulo.

da imagem de N. Sra. da Soledade e os paramentos para a nova igreja autorizada pelo presidente da província. Contudo, a procissão para a transferência dos paramentos religiosos foi surpreendida por um confronto com os moradores que não aceitavam a mudança. A solução encontrada foi a permanência da imagem na capela velha e a transferência dos paramentos para a nova igreja.²⁰

O direito regencial de Feijó, de 14 de julho de 1832, transferia a sede da freguesia de Itajubá para Boa Vista do Sapucaí – onde a paróquia seria trasladada para a nova igreja e o antigo povoado se tornaria curato até 1842, quando voltaria a se tornar freguesia (conhecido popularmente como Itajubá Velho ou Soledade do Itajubá). Essa transferência de sede da freguesia acentuaria ainda mais os desentendimentos entre o curato de Itajubá Velho e a freguesia de Boa Vista de Itajubá, o que se estenderia por anos, fazendo com que a vila de Campanha da Princesa organizasse os procedimentos para definir os limites da divisa entre as duas localidades.²¹

A freguesia Nova de Boa Vista do Itajubá se dedicaria principalmente à produção de gêneros alimentícios como feijão, arroz, milho, mandioca, cereais, rapadura, queijos, manteiga, aguardente, gado vacum e principalmente suíno.²²

Afirmou Armelino Guimarães que esses produtos escoavam pelo rio Sapucaí para o comércio com as localidades vizinhas, como Pouso Alegre, Campanha, Baependi, Pouso Alto e outros pontos da província. Outros produtos vinham da Corte para a freguesia como fazendas, ferragens, louças, sal em lombos de burros.²³ Cultivava-se também para o consumo local e exportação fumo, frutas e a pecuária em geral.²⁴

Em 1848, seria criada a vila de Boa Vista de Itajubá, desmembrando-se da vila de Campanha da Princesa. Finalmente em 1862, a lei nº 1149, elevaria a vila à condição de cidade. Depois de pertencer a comarca do Sapucahy e a comarca do Jaguary, em 1872 foi criada a comarca de Itajubá, constituída pelos termos de Itajubá e São José do Paraíso. O município de Itajubá era constituído pela freguesia da cidade, a freguesia de N.Sra. da Soledade (atual cidade de Delfim Moreira), Santo Antonio do Pirangussú, São Caetano da Vargem Grande e Santa Rita da Boa Vista.²⁵

Todo esse rearranjo jurídico-administrativo que a freguesia de Itajubá passou no século XIX vem a corroborar para o que Maria do Carmo Salazar Martins afirmou a respeito das mudanças político-administrativas que a província mineira viveu para esse período, o que, de forma dinâmica, ou melhor dizendo, “confusa”, reagrupava, desmembrava, suprimia e recriava frequentemente distritos, termos e comarcas.²⁶ No século XX, com a emancipação de alguns distritos pertencentes à cidade de Itajubá, o antigo povoado, que deu origem à freguesia no início do setecentos, passou a se chamar Delfim Moreira.

Nesse sentido, percebemos que são claras as evidências de que a freguesia de Itajubá foi criada em um momento propício da economia mineradora, mas que como as demais localidades do sul mineiro, teve por vocação econômica uma produção diversificada, voltada para a subsistência desde muito cedo, já que as catas de ouro não foram tão ricas. Ademais, alguns trabalhos recentes dão indício da importante inclusão da freguesia de Itajubá nessa articulação mercantil, que se deu no sul mineiro desde o setecentos, ligando outras regiões de Minas Gerais até mesmo com regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Angelo Carrara se refere à freguesia de Itajubá como um importante registro de entrada e saída de mercadorias em um ponto estratégico de fronteira administrativa com a Capitania de São

²⁰ BARBOZA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia., 1995. p.159.

²¹ Idem.

²² GUIMARÃES, Armelino. op.cit. p.93.

²³ Idem.

²⁴ CAMPISTA, Geraldino. op. cit. p.488.

²⁵ VEIGA, Bernardo Saturnino(org.). op.cit. p.282.

²⁶ MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35*. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR,1990. p.16.

Paulo, que se ligavam como articulações regionais e que poderiam ultrapassar os limites de Minas. O fluxo mercantil de registros como o de Itajubá testemunharam a articulação precoce do sul e sudoeste de Minas Gerais como o norte de São Paulo. O registro importaria principalmente cachaça e sal que eram consumidos na freguesia e em localidades do termo e teria seus rendimentos aumentados a partir de 1774.²⁷

Segundo Cristiano Restitutti, o trânsito mercantil na região sul mineira tinha em caminhos como o da recebedoria da freguesia de Itajubá uma rota que ligava aquela freguesia e a região do termo de Campanha da Princesa, para os caminhos do vale do Paraíba até a cidade de Parati, na província do Rio de Janeiro, por onde se exportavam suas produções.²⁸

O “Almanach Sul Mineiro”, de 1874, apresentava a recebedoria de Itajubá como uma das mais importantes do sul de Minas. Mesmo diante de uma estrada de difícil acesso, a recebedoria foi considerada uma das principais vias de acesso e comunicação entre as províncias de São Paulo e Minas Gerais, e da região com a Corte. O mesmo almanaque traz dados em que a recebedoria de Itajubá era uma das maiores arrecadadoras da região.²⁹

A produção agropecuária na freguesia.

A tabela 01 é uma tentativa de classificar as unidades produtivas por tipo de atividade. Desde já, vale ressaltar que essa classificação não pretende moldar em categorias rígidas cada propriedade. Na verdade, o critério para selecionar cada propriedade nas opções elencadas foi baseada na percepção de qual atividade produtiva era mais importante e executada por cada unidade. Esse mesmo critério foi utilizado por diversos pesquisadores e teve como intenção apresentar as principais atividades realizadas para cada região.

Tabela 01: Projeção de tipo de unidade produtiva. Itajubá (1785-1850).

Tipos de unidade produtiva	Faixa de escravaria					Nº de proprietários	%
	S/E	F1 (1 a 5)	F2 (6 a 10)	F3 (11 a 19)	F4 (+de 20)		
Agrícola	1	6	4	3	3	17	13,6
Pecuarista	1	1	3	7	2	14	11,2
Agropecuária	5	32	16	11	11	75	60,0
Comércio	1	1	-	-	-	2	1,6
N/I*	4	8	3	2	-	17	13,6
Total	12	48	26	23	16	125	100,0

*N/I: propriedades não identificadas quanto a sua produção, podendo serem urbanas ou rurais.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

Nesse sentido, é evidente que mesmo possuindo uma atividade produtiva em destaque, a grande maioria das propriedades - independente da existência ou da quantidade de cativos, ou mesmo de uma produção de subsistência ou voltada para o mercado - desenvolviam atividades consorciadas. Assim, um pequeno ou um grande proprietário poderiam se dedicar a diversas atividades ao mesmo tempo, como as terras de culturas, a criação de animais, a extração da mineração ou até mesmo realizar comércio nas porteiras de suas fazendas ou se dedicarem ao comércio de loja ou ao comércio de tropa. De qualquer maneira, essa classificação nos permite

²⁷ CARRARA, Angelo. CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais*. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais. 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. pp.115-116.

²⁸ RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província*. Rotas de comércio provincial – MG, 1839-1884. Dissertação de mestrado. Araraquara:UNESP, 2006.pp.167-168.

²⁹ VEIGA, op.cit. p.47.

averiguar o tipo de atividade mais recorrente para a freguesia, como também contribuir para compreender melhor o perfil das fazendas sul mineiras.

O padrão de classificação por categorias adotado foi baseado nos estudos de Marcos de Andrade acerca do termo de Campanha da Princesa.³⁰ Dessa maneira, consideramos como uma propriedade agrícola aquela que se dedicava à produção de fumo, milho, feijão ou arroz; como pecuarista, a propriedade que principalmente estava envolvida à criação de porcos, bois, cavalos, bestas e ovelhas; como agropecuarista, a propriedade que se dedicava as duas atividades, ou seja, estava envolvida com as terras de cultura e com os campos de criar; e como comércio, classificamos apenas as propriedades urbanas que claramente apareceram nos inventários como pontos comerciais dentro da freguesia. Em alguns processos não foi possível definir o tipo de atividade que era realizada com mais afinco na propriedade, muitas vezes por falta de descrições mais detalhadas entre os bens arrolados. Nesse caso, criamos a categoria de não identificados.

De acordo com a tabela 01, percebemos que a maioria dos proprietários da freguesia de Itajubá se dedicava à produção agrícola e/ou pecuarista. Dos 125 documentos consultados, somente dois apresentavam um envolvimento com o comércio urbano e em 17 processos não conseguimos identificar a atividade realizada. A expressiva maioria das propriedades foram classificadas na categoria agropecuária, com 60%(75) do total.

Para o termo de Campanha, Marcos de Andrade constatou que 31% dos inventários tiveram as propriedades classificadas como de agropecuária. O número de propriedades que se dedicavam a pecuária também foi expressiva no levantamento do autor, com 45% do total.³¹ Para a freguesia de Itajubá, 11,2 %(14) das propriedades foram classificadas como pecuarista e 13,6%(17) como agrícola. Mesmo não trazendo informações mais claras sobre a produção de alimentos no momento em que o inventário foi redigido, uma propriedade classificada como pecuarista, possivelmente poderia apresentar alguma produção de alimentos, ainda que fosse para o consumo interno da unidade. Exatamente por isso, ressaltamos mais uma vez que esse tipo de classificação não pode ser vista de uma forma rígida, já que ao analisar a vida produtiva de uma propriedade, percebemos várias situações diferentes de comportamento.

Outros estudos para a comarca do Rio das Mortes confirmam a expressiva presença de propriedades que consorciavam atividades. Carla Almeida, ao estudar os tipos de unidades produtivas para as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, afirma que a vocação agropecuarista para a última comarca já estava presente desde meados do século XVIII e se concretizou durante o século XIX.³² O mesmo pode ser percebido, nos estudos de Afonso de Alencastro, ao pesquisar a sede da comarca do Rio das Mortes, a praça de São João del Rei, entre 1831 a 1888.³³

Tal característica é ainda mais marcante para o sul mineiro, onde percebemos que o perfil das fazendas e outras propriedades rurais foi definitivamente marcado pela predominância das atividades ligadas a agropecuária e pelo consórcio de atividades. Além disso, podemos pensar que a prática da diversificação de atividades poderia ser uma forma de assegurar o sustento das unidades produtivas, seja para satisfazer as necessidades de consumo de seus integrantes, como também uma maneira de ampliar a renda do proprietário para cobrir os gastos da fazenda ou até mesmo expandir o patrimônio da família.

³⁰ ANDRADE, op.cit. p.40.

³¹ Ibidem. p. 41.

³² ALMEIDA, *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial:1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.

pp.100-101.

³³ GRAÇA FILHO, op.cit. p.11.

Tabela 02: Produção agrícola nas unidades produtivas. Itajubá (1785-1850)

	Unidades não-escravistas		Unidades escravistas										Total	
	Nº	%	F1 (1 a 5)	%	F2 (6 a 10)	%	F3 (11 a 19)	%	F4 (20 ou +)	%	Nº	%		
Produção agrícola														
Milho	1	5,3	3	15,8	3	15,8	7	36,8	5	26,3	19	100,0	100,0	
Feijão	-	-	1	16,7	4	66,7	-	-	1	16,7	6	100,0	100,0	
Fumo	-	-	7	25,0	8	28,6	6	21,4	7	25,0	28	100,0	100,0	
Arroz	-	-	-	-	1	50,0	-	-	1	50,0	2	100,0	100,0	
Algodão	-	-	1	33,3	-	-	-	-	2	66,7	3	100,0	100,0	
Cana-de-açúcar	-	-	1	20,0	-	-	1	20,0	3	60,0	5	100,0	100,0	
Café	-	-	-	-	2	66,7	1	33,3	-	-	3	100,0	100,0	

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretária da Vara Civil. Itajubá-MG.

De acordo com a tabela 02, podemos observar que os gêneros agrícolas direcionados para a alimentação que aparecem nos inventários são o arroz, o feijão, o milho e a cana-de-açúcar. A dieta básica da maioria das famílias da época constava da presença dos três primeiros, além de outros produtos. O cultivo de milho foi citado em 19 documentos e esteve presente em todas as faixas de escravaria e em apenas uma propriedade sem escravos.

Contudo, vários indícios nos levaram a perceber que a cultura do milho era muito mais praticada do que de fato constatamos. Moinhos, monjolos, pilões, fornos e tachos eram itens frequentes entre os bens dos inventariados, o que nos indicava a presença desse grão. Segundo Angelo Carrara, o milho foi o “cômodo e providencial” substituto da mandioca para a confecção de farinhas, além de outras variações. Possuía uma facilidade no transporte e seu período de cultivo e colheita era mais curto que o da mandioca.³⁴ Em Minas Gerais - ao contrário do nordeste, do Rio de Janeiro e de São Paulo, em que a farinha de mandioca era a base da alimentação – a farinha de milho constituía um freqüente ingrediente na dieta básica da grande maioria de seus habitantes.³⁵

Para Itajubá, não foi encontrado nenhum registro de cultivo de mandioca entre os inventários. O grão poderia servir de alimentação para as pessoas e animais e sua cultura poderia estar destinada para o consumo interno da unidade, bem como para o mercado. O milho era presença quase que constante na culinária mineira e estava nas mesas das famílias na forma de pães, bolos e biscoitos, por exemplo. A partir do milho se produzia o fubá, principal ingrediente para se fazer o angu, comida essencial para alimentar a escravaria. Em relação à criação de animais, principalmente os porcos, o milho foi um dos principais sustentos, senão o maior responsável pela engorda desses gados. Servia também para alimentar as galinhas da unidade produtiva, bem como os animais de tropa, por esse motivo era muito cultivado nos caminhos próximos aos ranchos que davam pousada aos tropeiros.³⁶

Com a chegada da Corte em 1808, o cenário favorável para o comércio de milho para o sul mineiro só tendeu a aumentar e essa cultura desempenhou um importante papel na economia local. As repercussões lançadas a partir da década de 80, do século XX, por Alcir Lenharo, Roberto Martins e Robert Slenes, acerca do cultivo do milho para a comarca do Rio das Mortes, se refletem até hoje. Roberto Martins considerava a exportação de milho em grão para o Rio de Janeiro ou São Paulo pequena e vicinal.³⁷ Contudo, foi Robert Slenes, alguns anos depois, que afirmou que a exportação do milho de Minas Gerais poderia se dar de forma indireta, mais precisamente “em lombo de porco”; sugestão essa que achamos mais conveniente, como muitos outros historiadores.³⁸

A produção de milho na comarca do Rio das Mortes foi tão importante, que Afonso de Alencastro, ao pesquisar a estrutura produtiva de São João del Rei, a definiu como a “civilização do milho”.³⁹ Ao estudar a produção de milho em Campanha da Princesa(1802-1865), Marcos de Andrade constatou que a produção de milho era a que mais aparecia nos inventários e estava presente em todas as categorias de propriedades, inclusive as não-escravistas. Entre as médias propriedades (6 a 19 escravos), o autor encontrou a maior presença de produção de milho (50%). Comparativamente, a maior frequência do cultivo de milho em Itajubá foi encontrada na mesma faixa de escravaria (6 a 19 escravos) das médias propriedades da sede do termo, com 52,6%(10 inventários).

³⁴ CARRARA, op. cit. p.206.

³⁵ ALMEIDA, *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994. p.162.

³⁶ CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes. Mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. p.92.

³⁷ MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 1980pp.45-47.

³⁸ SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH-UNICAMP. n.17,1985. p.481.

³⁹ GRAÇA FILHO, op.cit. Ver capítulo 3.pp.103-140.

Vicente Antunes de Lima era residente na fazenda Palmeira dos Antunes, na freguesia de Itajubá e em 1848 teve seus bens inventariados.⁴⁰ Casado com D. Beralda Maria da Conceição, o casal possuía oito herdeiros no testamento. Deixara um considerável patrimônio equivalente a 25:990\$212 réis, que na maioria estava aplicado em escravos, dívidas ativas e bens de raiz. Mesmo possuindo um montante acima da média para os inventários consultados, Vicente não era o único dono da fazenda onde morava com a família.

De acordo com o próprio inventário, percebemos que ele possuía uma parte da fazenda e já havia comprado mais três partes de outros parentes, possivelmente, quase todos eram seus irmãos, como João Antunes e Domingos Antunes Damasceno. Além de dividir a propriedade com os irmãos, parece que o inventariado também reunia o restante da família por perto. De seus oito herdeiros, seis eram casados e pareciam residir nas mesmas terras que o pai. Vimos que, através dos dotes ofertados aos filhos, alguns escravos estavam arrolados no inventário do pai.

A soma dessas terras estava calculada em 1:750\$000 réis; um valor considerável para uma fazenda na região, com a ressalva que ainda não era toda a extensão territorial da propriedade. Além disso, Vicente possuía mais uma parte de terras na fazenda do Piranguçu e uma outra chácara com suas benfeitorias, bem como uma casa de sobrado na freguesia. As terras de cultura da fazenda da Palmeira dos Antunes estavam disponíveis ao cultivo, principalmente do milho, no exato momento de abertura do inventário. Além dos alqueires plantados, havia alguns carros de milho já colhidos e prontos para o consumo da propriedade ou, talvez, direcionados ao mercado. Acompanhado do milho estavam arrolados alguns alqueires de arroz.

Nos campos de criar da fazenda foram arrolados vários animais, com o destaque para a criação de 50 porcos. Uma quantia considerável para a propriedade, levando em consideração que a média de suínos por unidade era de 41,7, de acordo com a tabela 22(que veremos mais a frente). Vicente possuía 32 escravos(o que poderia ser considerado um grande plantel), que trabalhavam tanto na lavoura do milho e do arroz, bem como no trato com os animais. Como já afirmamos, alguns escravos estavam a trabalho nas porções de terras dos herdeiros de Vicente, de acordo com os bens listados nos dotes.

A conformação do patrimônio de Vicente Antunes de Lima, mediante a diversificação das atividades, parece nos exemplificar o consórcio da agricultura e da pecuária. O milho, que era a produção agrícola em destaque no momento da composição do inventário, poderia ser consumido ou comercializado. Como produto de subsistência poderia ser utilizado na dieta da unidade, tanto para o consumo da família, quanto do considerável número de cativos. A presença de moinho nos faz especular que nessa fazenda a transformação do milho em fubá poderia ser uma boa alternativa para a alimentação de todos. A produção de milho também deveria ser uma das principais fontes de nutrientes para o rebanho, principalmente os porcos.

No caso relatado acima, estamos tratando de um proprietário que possuía um patrimônio considerado como uma grande unidade produtiva, com um montante acumulado que geraria um padrão social privilegiado diante do restante da sociedade (dos 125 inventários consultados, somente 18 tinham patrimônio acima de dez contos de réis).⁴¹ A diversificação econômica atestada na propriedade de Vicente Antunes de Lima parecia ser a realidade produtiva da grande maioria de seus iguais.

De acordo com os estudos que estão sendo levantados para o sul mineiro e a partir das análises dessa pesquisa, nos parece que a possibilidade de diversificação econômica esteve ao alcance maior das unidades produtivas mais abastadas.⁴² O que não significa que o consórcio de atividades não estivesse presente entre as médias e pequenas propriedades. Se a diversificação econômica era uma forma de possibilitar a manutenção e o aumento do patrimônio de uma grande

⁴⁰ Inventário post-mortem. 112/CD14. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

⁴¹ De acordo com a tabela acerca da distribuição dos montes-mor por faixa de riqueza para a freguesia de Itajubá, apresenta na dissertação de mestrado.

⁴² ANDRADE, op.cit. Especialmente o capítulo 2.

propriedade, é evidente que essa mesma diversificação poderia ser uma grande estratégica para o sustento dos proprietários menos abastados.

Sem deixar de considerar a condição de exclusão social que os inventários representavam, nos parece claro que a diversificação econômica estava difundida entre a maior parte dos nossos inventariados e, talvez, mesmo entre aqueles indivíduos que não deixaram bens a inventariar. Nesse sentido, João Camacho Alkmim, ao falecer em 1849, teve poucos bens a deixar a seus herdeiros.⁴³ Sua mulher, D. Maria Custódia de São José teve que aprender a lidar com os poucos recursos que ficaram para cuidar de seus quatro filhos menores: Francisca, de seis anos; Francisco de quatro anos; Antonio de dois anos e Anna de apenas um ano.

O inventário possuía um dos menores montantes de todo lote documental pesquisado, no valor de 305\$600 réis. Seus bens arrolados estavam quase todos investidos em bens de raiz: alguns alqueires de terras no sítio das Bicas, com cultivo de milho, uma casinha coberta de telhas e um pasto. Em relação à produção do milho, esse poderia ser uma das principais fontes de alimentação da família, derivando a farinha de milho, o angu e a canjica. Tudo somava 261\$000 réis. O restante do montante havia sido aplicado em móveis e instrumentos, além de uma quantia em dinheiro em espécie, no valor de 20\$000 réis. Não possuía escravos e nem foi descrito nenhum animal ao processo. Além disso, a viúva tinha dívidas a quitar no valor de 113\$520 réis, o que diminuiria ainda mais o montante da família.

Ao partilhar os bens no mesmo ano, pouco restou à viúva e aos quatro herdeiros. Por mais que não possuísse culturas e criação de animais listados nos inventários, podemos especular que essas atividades estavam presentes na vida familiar. Machado, foices e enxadas para o trabalho no roçado, monjolo para se moer grãos e cangalhas para se transportar alimentos eram indícios de que, mesmo não havendo uma produção mercantilizada, era muito provável que uma pequena roça ali existisse para o sustento da família. O arrolamento de “um pasto” entre os bens de raiz, é mais um indicador de que possivelmente alguns animais eram criados naquele espaço.

O interessante nesse caso é perceber que embora morasse no sítio das Bicas, João Camacho não era o dono do mesmo, possuindo algumas partes de terra. O inventariado poderia ter arrendado aquelas terras e ter alguma ligação comercial com os demais proprietários do sítio, como a venda de produtos de sua roça. Contudo, uma relação de dependência com o proprietário das terras não era algo obrigatório para os agregados. Marcos de Andrade afirma que nem todos os agregados nas fazendas sul mineiras eram sujeitos a alguma dependência para com os grandes proprietários. O autor ressalva também que ser agregado não era, necessariamente, fazer parte da parcela mais pobre da população. Ainda assim, estar sob a tutela de um grande fazendeiro poderia representar melhores oportunidades para alguns agregados.⁴⁴

Outra informação interessante atrelada ao inventário de João Camacho se refere à quantia de dinheiro arrolada. Por mais que os 20\$000 réis representassem uma quantia pequena diante de uma fortuna de uma grande fazenda, para um modesto agropecuarista como João Camacho, possuir dinheiro em espécie numa época em que a baixa participação desse ativo nas transações econômicas era vigente, indica que ele poderia estar envolvido em alguma atividade comercial.

O certo é que pudemos conferir que essa unidade produtiva estava inserida em atividades agropastoris, mesmo que essas atividades não estivessem explícitas no inventário. Independente de pequenas ou grandes propriedades, de donos de títulos de terras ou agregados, possuidores de escravos ou não, a diversificação produtiva parecia ser mesmo a realidade socioeconômica da vida da grande maioria dos indivíduos da freguesia.

Em relação as demais produções agrícolas apresentadas na tabela 02, o feijão e o arroz, além do milho já apresentado, eram bastante presentes nas roças e nas mesas da população em toda Minas Gerais. Segundo Angelo Carrara, o milho era cultivado na estação das águas, entre janeiro até o fim de agosto, quando se encerrava as colheitas. O feijão era quase sempre plantado no meio

⁴³ Inventário post-mortem. 116/CD 14. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

⁴⁴ ANDRADE, op. cit. p.46.

das sementeiras do milho, algodão, mamona e outras semelhantes. Já o arroz em Minas Gerais tinha seu tempo de semeadura entre setembro a outubro, e o de colheita, entre maio a julho. Podia ser descascado em pilões a água ou braço.⁴⁵

Em relação ao termo de Campanha, Marcos de Andrade aponta que as fazendas sul mineiras estavam sempre voltadas para a produção de gêneros alimentícios e que no caso da produção de feijão e arroz, o comércio local era abastecido pelas praças vizinhas, como, por exemplo, o arraial de São Gonçalo.⁴⁶ No caso dos inventários encontrados em Itajubá, os alqueires de feijão e arroz não foram cultivos listados com frequência entre os roçados da região. Contudo, foi interessante perceber a presença dessas culturas na produção agrícola de nossos inventariados.

Outras produções agrícolas constantes na tabela 02, como a cana-de-açúcar, o algodão e o café parecem não ter sido o forte da agricultura para a freguesia de Itajubá e proximidades, pelo menos de acordo com os inventários pesquisados no período abarcado. O que não significa que esses produtos e seus derivados não fossem consumidos e/ou comercializados na freguesia. Para o termo de Campanha da Princesa, Marcos de Andrade afirmou que havia uma expressiva quantidade de proprietários que se dedicavam a atividade da cana-de-açúcar. Da mesma forma, a produção da cana estava quase sempre consorciada a outras atividades agropastoris e era mais freqüente entre as médias e grandes propriedades. Proposição já constatada para outras regiões da colônia, devido a um maior contingente cativo que demandava tal atividade.⁴⁷

Segundo Cláudia Chaves, a rapadura e a aguardente, subprodutos da cana, eram produzidos em engenhos espalhados por toda capitania e estavam entre os gêneros mais consumidos. A aguardente seria uma bebida “democrática” e estava disponível tanto para a população rica e pobre, quanto para os escravos. Já a rapadura produzia um comércio intenso devido ao grande consumo e era utilizado na substituição ao açúcar.⁴⁸

A produção dos engenhos sul mineiros estava voltada para o consumo interno e poderia ser comercializada desde as porteiras das fazendas até as praças locais e regionais. De acordo com Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, os engenhos em Minas poderiam desempenhar uma função complementar na unidade produtiva, voltados para o consumo da propriedade, com o excedente oferecido aos mercados locais, ou desempenharem o papel principal de produção na fazenda, com tecnologia avançada e semelhantes as áreas agroexportadoras.⁴⁹

Para a freguesia de Itajubá, encontramos apenas 5 inventários que traziam explicitamente a produção da cana. Contudo, diversos outros documentos apresentavam fortes indícios da presença do cultivo da cana e da produção de seus derivados. O memorialista Armelino Guimarães em citação utilizada por nós logo no início desse capítulo, já afirmava que a “indústria” da rapadura e da aguardente contribuía para promover o progresso da freguesia de Itajubá, a partir do comércio com o termo de Campanha e o vale do Paraíba paulista, realizado pelas barcas navegáveis no rio Sapucaí, bem como as tropas que subiam e desciam a serra da Mantiqueira.⁵⁰

O algodão foi outro cultivo pouquíssimo citado em nossos inventários, assim como o café. Cada cultura foi citada apenas três vezes cada. O que não significa que esses cultivos não fossem mais presentes na região, bem como a produção e comercialização de seus derivados. Em relação ao café, esse cultivo tende a crescer, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, quando é citado como uma das principais culturas praticadas na freguesia de Itajubá.⁵¹

⁴⁵ CARRARA, op. cit. pp.215-216.

⁴⁶ ANDRADE, op. cit. p.47.

⁴⁷ ANDRADE, op.cit. pp.48-49.

⁴⁸ CHAVES, op. cit. pp.95-96.

⁴⁹ PAIVA, Clotilde e GODOY, Marcelo. *Engenhos e casas de negócios na Minas oitocentistas*. In: Anais do VI Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG,1992.p.33.

⁵⁰ Referimos a nota 12 do mesmo capítulo, em que o autor se refere sobre a produção agropastoril e seus derivados para a freguesia de Itajubá.

⁵¹ VEIGA, op.cit. p. 283; GUIMARÃES, op.cit.p.325.

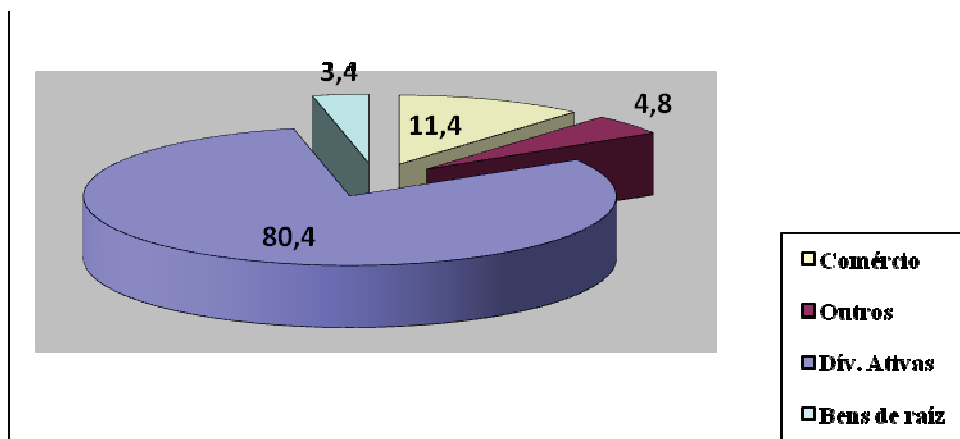
Cláudia Chaves afirma que o cultivo do algodão era bastante difundido em Minas Gerais. Esse cultivo poderia ser conciliado com outras culturas, como o milho, por exemplo, e não necessitava de muitos cuidados. O comércio do algodão possibilitava encontrar o produto na forma de ramos (com caroço ou descaroçado), quanto em varas de tecidos e era muito frequente sua comercialização.⁵²

Se os inventários não nos apresentaram uma frequência do algodão entre as unidades produtivas pesquisadas, por um outro lado, diversos documentos traziam referências de sua presença e de seus derivados nas casas daqueles indivíduos, como vimos no caso acima. Ainda que fosse para uma produção familiar de fios e tecidos, era comum que as casas tivessem esses instrumentos na província de Minas Gerais, já que a presença desses era um importante fator de redução dos custos na unidade produtiva. Em relação a uma possível mercantilização do algodão e seus derivados, o comércio local na freguesia de Itajubá indicava a presença desses produtos nas lojas de secos e molhados, disponíveis para a população.

O algodão proporcionava derivados bastante procurados nas lojas de comércio nas freguesias e vilas de Minas Gerais, seja na forma de ramos ou varas de tecidos. Para a freguesia de Itajubá um caso em especial nos chamou a atenção, pelo destaque que a comercialização do tecido tinha entre os gêneros de negócio do comerciante.

José Joaquim do Nascimento era residente na freguesia de Itajubá.⁵³ Em 1845, os produtos de sua loja de secos e molhados foram expostos para serem inventariados. Teve como inventariante, seu vizinho e pessoa próxima, o Pe. Lourenço da Costa Moreira, já citado algumas vezes por sua presença constante nos inventários e na vida de seus paroquianos, bem como por sua forte projeção social e política na freguesia durante aquele período. Era solteiro e deixava como herdeiros, seu filhos, Manoel e Santiago.

Gráfico 01: Composição dos bens de José Joaquim do Nascimento. Itajubá(1845).



Fonte: Inventário post-mortem.098/CD12. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

O gráfico 1 nos mostra como a composição do patrimônio de uma propriedade urbana pode privilegiar outros setores de investimento do que de uma propriedade rural. As produções da agropecuária dão espaço aos estabelecimentos comerciais. Nesse caso, as dívidas ativas(80,4%)

⁵² CHAVES, op.cit. p.96.

⁵³ Inventário post-mortem e testamento. 098/CD12. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG. Por gêneros "secos" podemos citar tecidos, vestuário, ferramentas e outros. Como gêneros "molhados" entende-se como comestíveis e bebidas.

predominam consideravelmente sobre todo o montante. Os produtos que compõem o comércio de José Joaquim representam 11,4% do total.

Dentre os bens descritos estavam os bens de raiz (uma morada de casas dentro da freguesia; um terreno próximo a casa e uma morada de casas na vila de Lorena, na Província de São Paulo), com 3, 4%. Seu patrimônio foi avaliado em 10:804\$140 réis e a expressiva parte dessa fortuna estava aplicada em gêneros de comércio e em dívidas ativas. Vale ressaltar que foi listado 410\$000 réis em dinheiro “em notas do banco”, quantia considerável em moeda para um ativo escasso no mercado, mas que deveria ser mais frequente nas mãos de comerciantes, como as de José Joaquim.

A loja de José Joaquim era semelhante à maioria dos estabelecimentos comerciais nas freguesias e nas vilas de Minas Gerais. Segundo Marcos de Andrade, o comércio no sul de Minas poderia ser expresso por três tipos de comerciantes: os que atuavam diretamente na “produção/transformação” e comercialização dos bens produzidos; aqueles que praticavam um pequeno comércio de loja; e o grande comerciante que poderia ser denominado como “negociante de grosso”, atuando em áreas diversas de produção.⁵⁴

Na loja do inventariado poderia se encontrar de tudo: ferramentas para o trabalho e equipamentos para animais, como serrotes, machados, fivelas e esporas; louças e utensílios domésticos, como garrafas de vidro, talheres, sopeiras, espelhos, caixas e lamparinas; vestuário e acessórios, como jaquetas, casacas, calças de riscado, chapéus e lenços; produtos de armarinhos em geral, como botões, carretéis de linha, agulhas, tesouras para roupas e dedais; especiarias como cravo da Índia e pimenta do reino; outros perecíveis como, arrobas de açúcar, tabaco e sabão.

Entretanto, os produtos que pareciam mais se destacar na loja de José Joaquim eram os tecidos. Eles representavam os bens mais valiosos da loja e eram em grande quantidade. Os tipos e as variedades de tecidos listados no inventário iam muito além daqueles que eram fabricados com o algodão produzido na província. Viam de longe e a partir da praça do Rio de Janeiro eram comercializados na freguesia. Os tecidos importados tinham grande entrada na loja de José Joaquim, como as jardas francesas, os riscados ingleses e as famosas sedas orientais. Nesse sentido, o ponto de comércio do inventariado representa parte do universo material que os indivíduos da freguesia e da região passaram a demandar cada vez mais, a partir da compra de produtos importados, intermediados da praça carioca.

As dívidas ativas(80,4%) expressam grande parte do patrimônio do inventariado e tende muito a nos revelar. Como já é consenso, negócios com dinheiro em espécie não era comum, pelo fato da baixa participação desse ativo na sociedade. Com isso, os negócios comerciais eram bastante estabelecidos através de títulos de dívidas. No caso das dívidas ativas do inventário de José Joaquim, podemos ratificar o quanto a prática de comercializar poderia gerar dívidas a pagar ou a receber entre os comerciantes. Concluímos assim que a importância da atividade comercial do empreendimento do inventariado pode então ser entendido pelo percentual que as dívidas ativas ocupavam no total de sua fortuna e como essas mesmas dívidas podem contribuir para a manutenção e a expansão de seu patrimônio.

Tinha um número considerável de devedores: nada menos que 240 pessoas possuíam alguma quantia a pagar a esse comerciante, o que podemos especular que sua influência para a obtenção de crédito na freguesia e em toda a região deveria ser levada em consideração. Nesse sentido, as dívidas ativas funcionavam como um outro mecanismo de afirmação econômica e de ampliação dos laços e relações pessoais, principalmente no momento em que se concede crédito a um grande número de pessoas.

Ao esmiuçar os nomes daqueles que deviam a José Joaquim do Nascimento, percebemos que a relação com essas pessoas poderia ofertar uma posição privilegiada ao inventariado à medida que pessoas importantes da freguesia e região deviam a ele. O próprio inventariante, Pe. Lourenço da Costa Moreira, aparecia várias vezes como devedor, além de seu filho, Domencianno da Costa

⁵⁴ ANDRADE, op.cit. p. 82.

Moreira, médico que tinha negócios na Corte. Além disso, pessoas com títulos e patentes foram também citadas como devedoras, entre elas o Alferes Ignácio Custódio Pereira. Ao oferecer crédito a indivíduos privilegiados da freguesia e da região, o inventariado estabelecia uma relação com seus pares, da qual ele poderia se beneficiar em algum momento de sua vida com algum tipo de “favor” prestado por eles.

José Joaquim não só efetuava a função de prestamista de crédito a pessoas livres e privilegiadas do seu vínculo comercial. Escravos e forros também deviam ao comerciante, inclusive alguns escravos como Manoel, José(sapateiro) e Faustino, todos eles cativos de Pe. Lourenço da Costa. Infelizmente, o inventário não nos permite descobrir mais informações a respeito desse empréstimos, mas é interessante perceber que até mesmo os cativos poderiam se beneficiar desses créditos, para, talvez, ter acesso a mercadorias da própria loja do inventariado.

Ao consultarmos as dívidas passivas e o próprio testamento do inventariado, compreendemos como suas relações comerciais iam além do mercado local da freguesia. José Joaquim tinha dívidas a pagar na praça da Corte, como para os negociantes José Bernardino Teixeira e Antonio José Leite e Joaquim Miguel Simões, na vila de Lorena, no vale do Paraíba paulista. Assim, percebemos que essas relações mercantis, que tem como protagonista um indivíduo da freguesia de Itajubá, a partir de um momento produtivo de sua vida, não podem ser vistas por uma análise reducionista.

Essas relações e atividades comerciais estabelecidas nesse estudo de caso, nos demonstram como o comércio permitia criar articulações econômicas que envolviam pequenos produtores e comerciantes em freguesias como a de Itajubá, até chegar a intermediários e grandes negociantes nas praças das principais vilas provinciais.

Por fim, acerca do fumo, o sul de Minas vem sendo apontado pela historiografia, há certo tempo, como um centro de produção de fumo, contudo ainda faltam estudos específicos que venham a confirmar tal proposição, principalmente no que tange a sua vinculação com as demais produções agropecuárias, com o mercado interno e sua possível ligação com o tráfico internacional. João Fragoso já apontava no início da década de 1990, que a região ao sul da Capitania de Minas Gerais formara um complexo agropecuário de produção diversificada, voltada ao abastecimento interno, com destaque ao fumo. Ao lado da criação de bovinos e porcos, a produção de fumo sul mineiro estava na pauta de exportação para a praça carioca, especialmente os que eram remetidos pelas freguesias de Cristina e Baependi.⁵⁵

Nossa pesquisa não teve a intenção de aprofundar as questões acerca da produção de fumo do sul mineiro, mesmo porque não tínhamos condições nesse trabalho. Nossa contribuição vem no sentido de desvencilhar o que os inventários encontrados para a freguesia de Itajubá e região tendem a nos dizer sobre a produção e mercantilização do tabaco até a primeira metade do século XIX. De qualquer maneira, saltam-nos aos olhos, as referências que passamos a conhecer sobre a influência do fumo na economia da freguesia de Itajubá. Vejamos o que o memorialista, Armelino Guimarães informou sobre a produção do fumo na freguesia:

Por volta de 1860 a 1890 a lavoura do tabaco quase chegou a ser uma monocultura em terras itajubenses, a ponto de escassear os gêneros alimentícios. Sendo então muito fraca a produção de cereais, fato que levou a Câmara Municipal a se preocupar com isso.(...) O arroz e o feijão sumiam do comércio, e nas fazendas a produção de cereais era quase exclusivamente para o gasto.(...) Pelo que documenta ainda a Ata de 28-01-1863(...) o itajubense não pensava em plantar em grande quantidade outra coisa senão o fumo.(...) O comércio do fumo em corda, era, na verdade, muito lucrativo, mais compensador do que o

⁵⁵ FRAGOSO, *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.129.

de cereais. O produto encontrava franca aceitação por parte dos exportadores e as terras itajubenses se prestavam magnificamente para o seu cultivo.⁵⁶

Dos inventários consultados para o termo de Campanha da Princesa, Marcos de Andrade encontrou uma produção de fumo relevante para a freguesia de Santa Catarina (que posteriormente pertenceria à Comarca de Cristina) e na freguesia de Lambari.⁵⁷ Para a freguesia de Itajubá, o fumo foi a produção mais citada em todos os inventários que pesquisamos e que traziam algum tipo de cultura descrita. As referências ao fumo nos documentos aparecem como “fumal”, ou seja, roçado de fumo, “fumo em arroba” ou “fumo em rolo”, que podia ser fabricado na própria fazenda e era comercializado em longas cordas.

De acordo com a tabela 02, do total de 125 processos, 28 inventários trouxeram alguma referência de cultivo de fumo, fumo em arrobas ou em rolos para a freguesia de Itajubá. Mesmo diante de uma porcentagem não muito expressiva (apenas 22,4% do total de inventários), essa produção de fumo se torna interessante de ser analisada se considerarmos a faixa de escravaria. Mesmo quando não havia nenhuma produção explícita de fumo nos inventários, muitos descreviam a existência de “casas de fumo” entre as benfeitorias da fazenda e “rodas de fiar fumo”.

Encontramos o cultivo de fumo, ou em arrobas, em todas as faixas com escravaria: 7 citações(25,0%) em pequenas propriedades(de 1 a 5 escravos); 14 referências(50,0%) entre as médias propriedades(de 6 a 19 escravos); e 7 descrições para propriedades consideradas como grandes unidades(de 20 ou mais escravos). Percebemos assim que, a presença do fumo nos inventários estava mais concentrada nas propriedades médias e grandes, ou seja, naquelas que se utilizavam de maior número de mão-de-obra escrava. Em relação ao consórcio de culturas, parece que nenhum dos processos estava, exclusivamente, dedicado à produção de fumo. Contudo, essa questão do cultivo de fumo para a freguesia ainda precisa ser melhor estudada futuramente e apenas fizemos alguns apontamentos sobre essa produção no momento da dissertação.

A pecuária

Segundo Caio Prado Junior, a comarca do Rio das Mortes se tornaria uma das maiores regiões da colônia no abastecimento de gado, principalmente para o centros mineiros e mais tarde para o mercado da Corte, no Rio de Janeiro. Argumentava o autor que Minas Gerais possuía condições geográficas favoráveis a criação de animais e as instalações nas propriedades eram mais complexas, o que favorecia os cercados e o controle do rebanho.⁵⁸ Em trabalho pioneiro, Alcir Lenharo também demonstrou que a partir chegada da Corte, em 1808, só fez a demanda de abastecimento de gado bovino, porcos e derivados aumentar , gerando cada vez mais um comércio promissor entre sul de Minas e a praça do Rio de Janeiro.⁵⁹

A historiografia recente sobre Minas Gerais aponta certas considerações acerca das altas estimativas de criação de gado repassadas pelos viajantes oitocentistas para o território mineiro. A partir da análise dos inventários foi possível aos historiadores, Marcos de Andrade(para o termo de Campanha) , e Afonso de Alencastro(para a praça de São João del Rei) perceberem que as médias de cabeça de gado, até entre os grandes proprietários, não eram tão altas como sempre foi mencionado, pelo menos, não para o sul mineiro.⁶⁰ Ressalta ainda Marcos de Andrade que, além dos números, faz-se necessário aprofundar as pesquisas sobre a criação e o comércio desse gado em Minas e, sobretudo, a sua inclusão na diversidade econômica sul mineira.

⁵⁶ GUIMARÃES, op. cit. p. 328.

⁵⁷ ANDRADE, op.cit. p. 50.

⁵⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense,1983. p.189.

⁵⁹ LENHARO, *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil:1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. Principalmente os capítulos 2 e 3.

⁶⁰ ANDRADE, op. cit. p.103; ALENCASTRO, op. cit.p.124.

Tabela 03: Criação de animais nas unidades produtivas. Itajubá (1785-1850)

Criação de animais	Unidades não-escravistas		Unidades escravistas								Total	
	Nº	%	F1 (1 a 5)	%	F2 (6 a 10)	%	F3 (11 a 19)	%	F4 (20 ou +)	%	Nº	%
	Vacum	5	6,2	25	30,8	17	21,0	17	21,0	17	21,0	81
Cavalar	8	7,7	38	36,5	20	19,2	22	21,1	16	15,4	104	100,0
Bestas	1	1,9	17	32,7	14	27,0	10	19,2	10	19,2	52	100,0
Porcos	1	2,3	10	23,2	12	28,0	12	28,0	8	18,6	43	100,0
Ovinos	-	-	5	15,1	9	27,3	14	42,4	5	15,1	33	100,0
Caprinos	-	-	-	-	1	33,3	-	-	2	66,7	3	100,0
Bois de carro	-	-	7	15,2	8	17,4	16	34,8	15	32,6	46	100,0
Sal*	-	-	2	18,2	2	18,2	2	18,2	5	45,4	11	100,0

Para a criação de animais, encontramos os seguintes grupos: Gado bovino: gado vacum(foram citados vacas, bois, garrotes e novilhas); Gado suíno: porcos em pé; Gado eqüideo: gado cavalari(cavalos, éguas e potros) e muar(bestas); Gado lanígero: ovelhas e carneiros; Gado cabrum: cabras e bodes. Separamos “bois de carro” do gado vacum, para podermos perceber melhor a participações desse animais nesse tipo de atividade.

*Incluimos o sal nessa tabela, pela importância que esse nutriente tinha na dieta básica do gado e para demonstrarmos a sua presença nos inventários ao longo das faixas de escravaria.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

Tabela 04: Percentual e médias de animais na freguesia. Itajubá (1785-1850)

Rebanho	Nº de animais	Nº de proprietários	Média de posse	% em relação ao total de animais
Bovino	2250	81	27,8	34,4
Suíno*	1869	38	49,2	28,5
Eqüino	583	105	5,5	8,9
Muar	574	52	11,0	8,8
Ovino**	791	33	24,0	12,0
Caprino	62	3	20,7	1,0
Bois de carro	419	46	9,1	6,4
Total	6548	-	-	100,0

* Em relação ao gado suíno, em 5 inventários foram citados a criação de porcos, sem contudo apresentarem a quantidade de animais.

** Consideramos como gado ovino, ovelhas e carneiros. E como gado caprino, cabras e bodes.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

Além dessas considerações, acreditamos que a partir de estudos mais pormenorizados do território sul mineiro, poderemos conhecer com mais profundidade a participação da criação de gado na economia da região. Entretanto, pela percepção construída pela historiografia sobre o sul mineiro e em grande parte pelos trabalhos recentes, percebemos que a criação de gados misturava-se às terras de cultura e este poderia ser o cenário mais presenciado, desde meados do século XVIII.

Do corpo documental analisado(125), 114 inventários(91,2% do total) trouxeram algum tipo de animal arrolado, marcando um percentual muito maior que a presença de lavouras entre os processos(38,4% do total de inventários). A partir da tabela 03, podemos perceber os principais tipos de rebanho encontrados nos inventários da freguesia de Itajubá. A criação de gado vacum foi citada em 81 processos, estando presente em todas as unidades produtivas, inclusive as não escravistas. De acordo com a tabela 04, o gado vacum possuía a segunda maior média de cabeças (27,8) por propriedade, o que significa a presença expressiva desse rebanho na região. Em relação à porcentagem total de animais, o gado vacum teve a maior participação entre todo o rebanho listado, com 34,4%.

Marcos de Andrade, ao consultar os inventários para Campanha da Princesa, percebeu que a atividade de criação do gado vacum teve um crescimento significativo, entre o período de 1803 e 1865, sendo também a maior produção e a maior fortuna acumulada entre os fazendeiros do termo, de todos os outros rebanhos. O autor encontrou uma média de bovinos por propriedade de 73 cabeças (para o primeiro subperíodo – 1803 e 1850) e de 77 cabeças(para o segundo subperíodo – 1850 e 1865).⁶¹

Mesmo a freguesia de Itajubá tendo apresentado média bem inferior ao estudo promovido por Marcos de Andrade, para a sede do termo de Campanha, vale então a comparação com outras áreas. Hebe Castro estudou a região de Capivari, no Rio de Janeiro, para os anos de 1850 a 1888. A região era grande produtora de café e a autora afirma que quase todas as criações bovinas não tinham cunho comercial. A média de gado vacum para as fazendas da região foi de 15, 2 cabeças por fazenda e 7,2 para os sítios.⁶² A média para o mesmo gado em Itajubá foi de 27,8, ou seja, uma média considerável que, talvez, responda mais a realidade sul mineira, ao apresentar certo grau de comercialização. Contudo, não podemos deixar de considerar que a quantidade dos lotes

⁶¹ ANDRADE, op.cit. p.97.

⁶² MATTOS, Hebe. Ao sul da história. *Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.50.

documentais consultados por esses autores se distingue do nosso, o que não invalida tais comparações.

Vale ressaltar aqui a constante presença de “bois de carro” entre os processos consultados, em que eram importantes para o funcionamento das atividades nas fazendas, ao conduzirem os carros-de-boi que transportavam os roçados até o paiol, ou para mercados locais. Para as propriedades possuidoras de engenho, os bois de carro eram essenciais, servindo como força motriz que movimentavam as engrenagens.⁶³ De acordo com as tabelas 03 e 04, os bois de carro, na freguesia de Itajubá, estavam presentes em todas as unidades escravistas e tinham uma média de 9,1 animais por propriedade.

A pecuária bovina em Minas Gerais encontrou condições climáticas e de relevo que contribuíram para o desenvolvimento do rebanho na região. Segundo Caio Prado, a fazenda mineira era dividida em pastos diferentes, que proporcionavam a criação de vacas e touros em cercados separados, para que, num primeiro momento, crescessem mais saudáveis até estarem prontos para procriar. O pasto mineiro também propiciava o chamado “capim gordura”, que era essencial para uma melhor dieta do gado.⁶⁴

Cláudia Chaves também afirma que o gado bovino da comarca do Rio das Mortes, além das condições climáticas e de solo que contribuíam para que o rebanho fosse de boa qualidade, chegava a praça carioca com um valor menor em relação a de outras regiões mineiras. O que poderia ser justificado pela menor distância até a Corte, bem como também pelas variações na cobrança de direitos de entrada, já que os criadores da comarca eram isentos dessa taxaço sobre seus rebanhos.⁶⁵

Como a vocação sul mineira tendia a agropecuária e as atividades consorciadas, a própria unidade produtiva poderia criar condições de alimentação de seus rebanhos. Como já vimos, o milho era um cultivo importante, no sentido de servir também como um nutriente essencial na dieta de vários tipos de rebanho. Podemos perceber que nos inventários pesquisados, quando se havia descrito, explicitamente, um cultivo na roça ou milho no paiol, a proporção de animais arrolados também era maior. O que nos sugere parte da utilização dessa produção de grão na alimentação do gado.

Outra fonte de alimento para o gado bovino no sul mineiro foi a inclusão do sal na dieta do rebanho. Além de servir no uso alimentar da família, o sal era comum entre os criadores de gado no sul de Minas, principalmente pela falta de terras ou águas salitrosas na região. Mais uma vez foi Caio Prado que afirmou que além de não ingerir barro que viria com o sal do solo, ao introduzir sal na alimentação dos animais esse nutriente contribuiria para a “domesticação” do rebanho, já que habituava os animais aos currais e com os próprios criadores.⁶⁶

Segundo Afonso de Alencastro, a praça de São João del Rei constituía-se no principal pólo de importação do sal, revendendo o produto para outras regiões da província. O fornecimento vinha da Bahia, do nordeste ou do Rio de Janeiro, extraído de áreas salinas locais ou até mesmo vindo de Portugal. O sal, como um característico produto de importação, poderia ficar a mercê das flutuações conjunturais do mercado e em momentos desfavoráveis poderia prejudicar sua obtenção pelos criadores do sul mineiro.⁶⁷

Outra criação pecuarista muito importante dentro do cenário sul mineiro, tanto para o consumo interno, quanto para a exportação de animal vivo ou seus derivados para outras províncias, foi o gado suíno. O consumo de suínos foi amplamente utilizado no circuito centro-sul, desde o período colonial e se constituía uma dos mais importantes empreendimentos das fazendas mineiras.

⁶³ ANDRADE, op.cit. p. 97.

⁶⁴ PRADO JÚNIOR, op. cit. pp.198-201.

⁶⁵ CHAVES, *Melhoramentos no Brasil...*p.306.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ GRAÇA FILHO, op. cit. pp.157-158.

Os dados da tabela 03, nos informam que a criação de porcos também era uma das atividades mais importantes nos inventários encontrados para Itajubá, estando presente em todas as unidades produtivas, inclusive as não escravistas. O que nos faz especular que a necessidade da carne suína e seus derivados, principalmente para o próprio consumo, independia do poder econômico e social das propriedades. Contudo, se voltarmos para a tabela 04, veremos que a criação de suíno possuía a maior média por proprietário(49,2%), com a segunda maior produção, em números absolutos(1869 suínos), como também a segunda porcentagem(28,5%) entre todo o rebanho listado nos inventários.

Concluimos então, nessa primeira análise do rebanho elencado nos processos, que a criação de gado vacum e suíno era a mais expressiva para a freguesia de Itajubá, em todo período abarcado. O que vem corroborar os estudos apresentados sobre a pecuária do sul mineiro, em que esses dois rebanhos aparecem como os principais nas unidades produtivas.

Não só os gados bovinos e suínos vivos eram requisitados no mercado abastecedor. Segundo Marcos de Andrade, o gado, o toucinho e o queijo ocupavam grande destaque na pauta de exportações do sul de Minas.⁶⁸ O toucinho e o queijo eram bastante consumidos em todo sul mineiro e representavam um ramo comercial bastante lucrativo, criando vínculos com outras praças além da província mineira, como o Rio de Janeiro, transportados em lombo de burro.⁶⁹ Cristiano Restitutti afirma que as remessas de toucinho, assim como de suínos em pé, percorriam longas distâncias e tenderam a crescer pela fronteira do sul mineiro, sendo novidade o trânsito de tropas carregadas desse produto na década de 1840.⁷⁰

Outras criações de gado também estiveram bem representadas na freguesia de Itajubá, como a criação de ovinos. Esse tipo de rebanho(considerado aqui como ovelhas e carneiros) estiveram presentes em todas as faixas de escravaria, de acordo com a tabela 04, tendo uma média considerável de 24,0 cabeças por propriedade. Esses indícios nos levam a pensar numa possível mercantilização desse rebanho, ou até mesmo para o consumo próprio das unidades, principalmente a partir da utilização da lã. Afirmava o memorialista, Armelino Guimarães que na freguesia de Itajubá criava-se muitas ovelhas, que combinavam com a grande presença de rodas de fiar e rústicos teares de madeira, sendo a lã “para o próprio consumo e as escravas fabricavam em casa os pesados cobertores para o uso da família”⁷¹

A criação de equinos também foi relevante. De acordo com a tabela 04, a produção cavalares esteve presente na maioria dos inventários, com 105 representações, além de constar em todas as faixas de escravaria, inclusive em propriedades não escravas. Isso pode ser justificado pela extrema necessidade por este tipo de animais, usados como meio de transporte pelas pessoas, seja nas áreas rurais, como também nas áreas urbanas. Além disso, os cavalos puxavam as tropas e conduziam os tropeiros durante as viagens. Em relação à tabela 22, a média de equinos por unidade produtiva é de apenas 5,5, a mais baixa entre todos os outros tipos de animais. No entanto, era o rebanho mais constante nos inventários(105 no total).

Já o rebanho de muares tinha uma grande função na freguesia. Eram importantes no transporte das cargas produzidas nas fazendas, principalmente para as grandes propriedades, voltadas para a exportação. Além disso, os muares transportavam as mercadorias que vinham de várias praças, como a do Rio de Janeiro, para os mercados sul mineiros. De acordo com a tabela 21, as bestas estavam presentes em todas as propriedades escravistas e também naquelas que não possuíam escravos. A média por propriedade foi de 11,0 animais por unidade produtiva.

Os muares eram presença essencial nas tropas e faziam parte da paisagem do cenário mineiro. Segundo Marcos de Andrade, as tropas e os tropeiros contribuíram na formação social mineira, desde o início do século XVIII. Ao criarem os circuitos que conduziam as mercadorias, as

⁶⁸ ANDRADE, op. cit. p.94.

⁶⁹ Ibidem.p.121.

⁷⁰ RESTITUTTI, op. cit. p.183.

⁷¹ GUIMARÃES, op. cit. p.337.

tropas e tropeiros auxiliavam na formação de novos povoados e o desenvolvimento dos já existentes, a medida que circulavam por esses caminhos, que ligavam Minas Gerais com as demais províncias. Especificamente para o sul de Minas, o autor afirma que o “tropeirismo” foi responsável pela articulação entre as áreas rurais e urbanas e pela formação e crescimento de unidades produtivas. Algumas cidades preservam até hoje uma toponímia relacionada por essa atividade, como é o caso de Pouso Alto e Pouso Alegre.⁷²

A partir do século XIX, a presença das tropas pelo sul mineiro só se intensificaram e isso tanto pode ser justificado pelo crescimento demográfico e econômico da região, bem como pelo aumento da demanda do mercado de abastecimento, provocado com a chegada da Corte, na praça carioca. Por uma extensão terrestre considerável e pela ausência de saídas fluviais e marítimas, o comércio via tropas foi amplamente utilizado. Mesmo que alguns trechos utilizassem do transporte fluvial, a grande parte do transporte das mercadorias era feita pelas bestas de carga.⁷³

O fazendeiro poderia acumular a função de tropeiro, sendo conhecido como “proprietário/tropeiro”, ou contratar os serviços de um agente que transportaria sua carga até o destino recomendado. Para o sul de Minas, os grandes proprietários poderiam ser conhecidos como “fazendeiros/negociantes”, podendo participar diretamente ou não do comércio de suas mercadorias.⁷⁴

Como já referido, a presença de bestas nos inventários poderia confirmar a produção de gêneros voltada ao abastecimento. Além disso, a criação de bestas eram mais constantes nas médias e grandes propriedades. Para a freguesia de Itajubá, 65,4 % das bestas arroladas nos processos estavam presentes nessas unidades produtivas.

A principal produção agrícola voltada para a mercantilização parecia ser o plantio de fumo, mas alguns indícios nos permitem especular sobre a presença de outras culturas. Mas foi na criação de animais, que percebemos o destaque para a presença de bestas na propriedade. Essas ocupariam um papel importante no transporte das mercadorias da fazenda, acompanhando a tropa. É possível perceber também que a criação de novas bestas era praticada, o que se verifica pela listagem de crias entre o rebanho descrito.

Em relação à presença de tropas e do seu envolvimento com as unidades produtivas da freguesia, revisitaremos a propriedade de D. Maria José Pereira, residente na fazenda do Rio Manso, na freguesia de Itajubá.⁷⁵ Seus bens foram declarados pelo filho inventariante, Alferes José Manoel dos Santos Pereira, em 1835. Sua fortuna foi calculada em nada menos que 87:173\$546 réis, o maior montante encontrado na pesquisa.

As terras da fazenda compunham-se de “matas virgens, capoeiras, casa de vivenda assobrada, casas de tropa, casas de fumo e casas de tenda de ferrar”, além de mais benfeitorias. As casas de tropas poderiam tanto abrigar os tropeiros, quanto os animais. Era comum as grandes propriedades possuírem esse ponto de parada para as tropas, tanto para tratar dos negócios, quanto para descansar o rebanho e os tropeiros. A tenda de ferreiro também era útil, no sentido que cuidava da manutenção dos animais, principalmente das bestas, pregando as ferraduras nesses animais.

A composição dos objetos pessoais da família, bem como móveis e utensílios domésticos demonstravam a suntuosidade da propriedade. Jóias em ouro, pratarias domésticas e louças importadas já nos dava a percepção do padrão econômico e de poder social que a família possuía. Os bens de raiz também possuíam valor superior a qualquer outro processo. Além da fazenda com todas as suas benfeitorias, avaliada em 7:935\$000 réis, foram arrolados um sítio, denominado Fazendinha e várias casas dentro da freguesia, num total de 12:215\$000 réis.

Não foi listado nenhum roçado, mas a presença de casas de fumos, moinhos, paióis e monjolos denunciavam a presença de algumas culturas como o fumo e o milho, por exemplo,

⁷² ANDRADE, op. cit. p. 159.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Ibidem.p.160.

⁷⁵ Inventário post-mortem. 067/CD08. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

sendo o último fundamental para o sustento, principalmente, dos inúmeros animais da fazenda. A criação de animais poderia nos revelar parte do mecanismo produtivo da propriedade. Muitas vacas, com suas crias, 43 cavalos, 13 bestas e 14 bois de carro(fundamentais, principalmente, para o transporte interno, levando os roçados até o paiol ou para os mercados locais). Além disso, 180 porcos foram arrolados, que serviriam como parte da alimentação da própria fazenda, como também de mercadoria essencial a ser exportada pela tropa, seja em porcos em pé ou em toucinho.

Contudo, o número do rebanho da fazenda não se resumia ao descrito acima. No desenrolar do processo, constatamos a presença de uma tropa que a família possuía e que se achava no Rio de Janeiro “em negócios”. O inventariante afirmava que quando essa tropa retornasse, ele iria adicioná-la aos bens. Com a chegada da tropa foi adicionado ao inventário: 81 bestas, ao valor de 120\$000 réis cada; 27 bestas ao valor de 80\$000 réis cada; e mais algumas, com valores menores; além de um cavalo e alguns instrumentos da tropa.

Fica assim claro que, para as médias e grandes propriedades, a presença de animais de carga, principalmente as bestas, era fundamental para o funcionamento do circuito mercantil. Para Campanha da Princesa, Marcos de Andrade encontrou uma média de 12,0 animais por unidade produtiva. Muito próxima da média encontrada para Itajubá, que marcou 11,0. O rebanho de muares da fazenda de D. Maria José Pereira foi a maior encontrada entre todos os processos, e se compararmos com as maiores propriedades citados para Campanha, por Marcos de Andrade, percebemos que a fazenda do Rio Manso tinha um somatório de muares muito maior que as propriedades de Campanha.⁷⁶

Além de transportar as mercadorias produzidas na fazenda, esse rebanho de muares também poderia ser vendido a outras propriedades ou até mesmo para tropeiros, o que poderia gerar um bom investimento para a unidade produtiva, já que os muares, geralmente tinham um valor maior por animal, do que os demais tipos de rebanho.⁷⁷

Dezesseis escravos acompanhavam a tropa, de um plantel com 90 cativos(o maior encontrado na pesquisa). De acordo com os bens descritos, é evidente que essa unidade produtiva dedicava à exportação de grande parte do rebanho criado, em especial o gado suíno. Talvez os porcos e seus derivados tenha sido o principal produto transportado pela tropa nessa viagem que fizeram até a Corte.

Outro dado importante a ser analisado nesse processo é presença das dívidas ativas. Saltamos aos olhos a concentração de riqueza nesse tipo de obtenção de crédito. O número de devedores constava de 115 indivíduos. Num primeiro momento as dívidas ativas descritas somavam a considerável quantia de 15:161\$605 réis. Com a chegada da tropa na fazenda, foram adicionadas mais dívidas ativas, totalizando 22:248\$586 réis, o que correspondeu a 25,5% de todo patrimônio. Podemos especular assim algumas questões.

A propriedade de D. Maria José Pereira não correspondia ao universo socioeconômico da grande maioria das unidades produtivas da freguesia, mas toda essa sua trajetória, recuperada pelo que foi registrado no inventário, traz à tona até onde essas mesmas unidades poderiam chegar. As dívidas ativas demonstram parte do poder econômico que a unidade produtiva possuía no tocante a sua participação no mercado de abastecimento agropastoril. Além disso, essas mesmas dívidas revelam as extensas ligações e influências que essa unidade produtiva teria com diversas pessoas ao longo dos circuitos mercantis, onde seus negócios eram realizados.

Esse caso, dentre outros presenciados, nos permite concluir que a freguesia, além de rota de acesso até os caminhos que levavam ao Rio de Janeiro, estabelecia uma considerável relação mercantil direta com a praça carioca. Não só como interceptora de mercadorias que escoavam do sul mineiro e de outras regiões até a Corte(atraves de sua recebedoria), mas também como produtora, participando assim desses mercados de abastecimento.

⁷⁶ ANDRADE, op.cit. pp.84-104.

⁷⁷ Ibidem. p.97.

Conclusão

O sul de Minas era uma área pertencente à comarca do Rio das Mortes, entre os séculos XVIII e parte do XIX, sendo apontada como uma região que muito contribuiu para o abastecimento de mercados locais e interprovinciais, principalmente após a crise da mineração. Coube aos estudos historiográficos da década de 1980 apresentarem diversas considerações que mudariam, profundamente, o entendimento acerca da economia mineira no pós-auge minerador.

Assim, essa economia mineira oitocentista teria sido capaz de apresentar uma produção diversificada, com grande potencial mercantil, num período denominado de “rearticulação econômica”, mesmo antes da expressiva expansão do cultivo do café em algumas regiões mineiras, na década de 1840.⁷⁸ Estamos nos referindo a participação das produções sul mineiras, como a agropecuária para o abastecimento do Rio de Janeiro, a manufatura do algodão e a considerável produção do fumo, dentre outras.

A frequente participação dessas produções sul mineiras para o mercado de abastecimento contribuiu, sem sombra de dúvidas, para as grandes importações de cativos, na primeira metade do oitocentos para a região, o que corroborou para que a província fosse considerada a maior detentora de escravos do Império. Não podemos deixar de considerar também que as necessidades da praça carioca por gêneros alimentícios de todos os tipos, principalmente a partir da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em 1808, foram fulcrais para o estabelecimento de uma efetiva produção nas freguesias mineiras voltada para o mercado.

Nesse sentido, a província foi capaz de criar rotas comerciais que davam conta de escoar as produções, genuinamente, mineiras, bem como àquelas provenientes de outras províncias, promovendo assim uma dinâmica ligação entre os caminhos montanhosos de Minas Gerais, principalmente, com as estradas que conduziam até a Corte. No caso do sul de Minas, novos caminhos e rotas foram sendo criados ao longo do oitocentos, o que permitia expandir o comércio dessa região com outros centros produtores e mercantis, como a praça carioca. A criação de recebedorias se tornou importante nesse momento para fiscalizar o fluxo mercantil que entrava e saía do território mineiro.⁷⁹

E foi exatamente nesse contexto que a freguesia de Itajubá esteve inserida durante todo o período abarcado pela pesquisa (1785 a 1850), de acordo com a análise documental realizada. Podemos dizer assim que houve a reprodução de um sistema econômico cujas suas principais características seriam resumidas da seguinte maneira: uma produção agropecuária diversificada, tanto para o consumo de subsistência, quanto para a mercantilização, com destaque para a pecuária e o cultivo do fumo; uma maior concentração de investimentos em escravos, bens de raiz e dívidas ativas, sendo bastante difundida a participação desses cativos entre as propriedades consultadas; utilização extensiva do solo, em uma área com possibilidades de agregar novas terras, com características geográficas que favoreciam ao desenvolvimento da agropecuária; e por fim, um forte padrão de hierarquização social, que poderia ser observado na diferenciação dos bens materiais listados nos inventários, sendo que esses documentos, por si só, já podem ser considerados uma evidência clara de exclusão socioeconômica, entre aqueles indivíduos que tinham algum bem a deixar no final de suas vidas, com aqueles que nada tinham.

Ao nos debruçarmos sobre o acervo documental referente à freguesia, pudemos ir muito além de uma percepção do espaço econômico presente para a região estudada naquele período e nesse artigo apresentamos uma pequena parte do que desenvolvemos na dissertação. Diríamos que em relação à análise populacional, a freguesia não só se destacou por seu crescimento demográfico, mas também pela participação econômica de seus habitantes no contexto do termo de Campanha. Segundo Angelo Carrara, para 1826, Itajubá possuía o maior número de pagadores de dízimos de

⁷⁸ ALMEIDA, *Alterações nas unidades produtivas...* pp.88-94.

⁷⁹ RESTITUTTI, op,cit, p.99.

todo o termo, sem contar que tinha também a maior participação da população escrava no total do contingente da freguesia.⁸⁰

Pudemos também apresentar nesse artigo, uma perspectiva de que a produção agropecuária e comercial contribuiu para os investimentos em diversos bens rentáveis, proporcionando assim a manutenção e a expansão do conjunto patrimonial dessas unidades. Em muitos momentos da dissertação foi possível comprovar que os montantes dos inventariados, distribuídos por faixa de riqueza, se assemelhavam aos padrões encontrados para as unidades produtivas da comarca do Rio das Mortes, como também para o termo de Campanha.⁸¹

Por fim, acreditamos que o estudo da freguesia de Itajubá teve seu grau de relevância, já que se tratou de uma área que contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento e crescimento das relações mercantis travadas entre o sul de Minas com os mercados locais e de outras províncias, principalmente no decorrer do século XIX. A participação produtiva da freguesia parece ter sido atuante, especialmente, no momento de rearticulação econômica - período que coincide com o espaço temporal analisado nesse trabalho, 1785 a 1850 - e de afirmação desse setor agropecuário diversificado, que teve na comarca do Rio das Mortes o maior desempenho de todo território mineiro. E se a “vocação” sul mineira foi mesmo tendente à agropecuária, podemos concluir que o sucesso das pequenas, médias e grandes unidades produtivas da freguesia de Itajubá, se justificou, na maioria das vezes, a esse consorciamento das atividades.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla M.C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

_____. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BERGAD, Lair. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes. Mercadores das Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Annablume, 1999.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

⁸⁰ CARRARA, op.cit. pp.276-279. Essas informações foram apresentadas na análise da tabela 15, do terceiro capítulo da dissertação.

⁸¹ No terceiro capítulo da dissertação foi possível comparar os padrões de riqueza das unidades produtivas da freguesia de Itajubá (medido em réis), com outras áreas pertencentes à comarca do Rio das Mortes e o termo de Campanha, mais especificamente, em comparação com os trabalhos de Afonso de Alencastro e Marcos de Andrade, respectivamente. As análises aferidas sobre a tabela 17, neste mesmo capítulo citado, procuraram evidenciar essa questão. CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. Negócios internos...p.118

- GUIMARAES, Armelim. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda. *História do Abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.
- LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH-UNICAMP. N.10, 1983.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35*. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990.
- MATTOS, Hebe. *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PAIVA, Clotilde e GODOY, Marcelo. *Engenhos e casas de negócios na Minas oitocentistas*. In: Anais do VI Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1992. p.33.
- PIMENTA, José. *História de Itajubá. 1819-1969*. Belo Horizonte: APM, s/d.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanaque sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.
- RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas de comércio interprovincial – Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação de mestrado. Araraquara: UNESP, 2006.
- SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH-UNICAMP. Campinas, n.17, 1985.
- VASCONCELLOS, Diogo de. *Limites entre São Paulo e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1910.
- VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanaque sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.
-
- _____ *Almanaque sul-mineiro*. 2ª ed. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.
- ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.